

Cobrança escalonada das dívidas estaduais, a proposta do Planalto

por Marcos Magalhães
de Brasília

Um dia antes da reunião dos governadores do PMDB, marcada para a manhã de hoje na casa do deputado Ulysses Guimarães, o governo federal voltou atrás sobre a determinação de cobrar dos estados e municípios 25% de suas dívidas externas e internas, com aval da União, vencidas e a vencer em 1989. A intenção, agora, é de escalonar a cobrança de acordo com a capacidade de pagamento dos devedores, beneficiando os estados e municípios mais pobres.

A sugestão foi feita ontem pelo presidente José Sarney ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, convocado ao Palácio do Planalto no final da manhã. "O governo saiu de sua posição primitiva", disse Carvalho, que na terça-feira já pregava a necessidade de adoção de uma solução conciliatória entre o gover-



Cid Carvalho

no federal e os governos estaduais e municipais. "O presidente Sarney, acredita que deve haver uma diferenciação entre os devedores, de acordo com a realidade de cada um", afirmou.

Segundo o deputado Genebaldo Corrêa, vice-líder do PMDB na Câmara, o escalonamento beneficiaria principalmente os estados e municípios que têm dívidas inferiores a US\$ 300 mi-

lhões, os quais não teriam de desembolsar nada. Aqueles que precisariam pagar algo entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões teriam 90% de seus compromissos rolados pela União — que antes se comprometera a rolar apenas 75%. E os maiores devedores — com cotas a pagar superiores a US\$ 500 milhões — obteriam da União a rolagem de 20% do total.

Segundo lembrou Sarney a Cid Carvalho, se todas as dívidas do Nordeste fossem roladas, não haveria problemas maiores para o governo federal, que busca a diminuição do déficit público para 1989. Por isso, argumentou o presidente, seria melhor permitir às unidades mais pobres da federação isentar-se do pagamento, para que não fossem agravadas o que chamou de suas "dificuldades naturais".

O problema maior ficaria para os estados mais ricos e, especialmente, para São Paulo, que detém, sozinho, quase a metade do total das dívidas a pagar em

1989. "Não há boa idéia que exclua São Paulo, que é o pulmão do Brasil", admitiu Cid Carvalho. O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, também demonstrou preocupação com a sugestão do Planalto. "Acho complicado estabelecer um diferencial, pois a dificuldade é a mesma para todos", disse Ulysses, ao deixar o plenário, no final da tarde.

O presidente do PMDB gostaria mais de ver concretizada a solução originalmente imaginada pela Comissão de Orçamento, que estabeleceria um índice único — provavelmente 15% — para ser obedecido por todos os estados e municípios. Como lembrou Genebaldo Corrêa, a sugestão do governo federal é muito atraente para os estados do Nordeste e alguns estados do Sul. "Mas a proposta divide os governadores e evidentemente prejudica São Paulo", observou. Ulysses sabe disso, e tentará sair do encontro de hoje com uma posição aceita por todos os governadores.